



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1007478-66.2018.8.26.0566**  
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - CNH - Carteira Nacional de Habilitação**  
 Requerente: **Leonardo José de Souza**  
 Requerido: **DETRAN - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - SÃO PAULO**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **GABRIELA MULLER CARIOBA ATTANASIO**

Vistos.

Relatório dispensado, nos termos do disposto no artigo 27 da Lei 12.153/2009 cc 38 da Lei nº 9.099/95.

**Fundamento e decido.**

O processo pode ser julgado no estado em que se encontra, sobretudo porquanto desnecessária a produção de outras provas para convencimento judicial sobre a questão.

Pretende o autor seja determinado ao requerido que proceda à emissão de sua Carteira Nacional de Habilitação, alegando que não foi notificado da instauração do processo administrativo de suspensão do direito de dirigir.

O pedido é improcedente.

O artigo 282 do Código de Trânsito Brasileiro estabelece:

"Art. 282. Aplicada a penalidade, será expedida notificação ao proprietário do veículo ou ao infrator, **por remessa postal** ou por qualquer outro meio tecnológico hábil, que assegure a ciência da imposição da penalidade.

§ 1º A notificação devolvida por desatualização do endereço do proprietário do veículo será considerada válida para todos os efeitos.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****VARA DA FAZENDA PÚBLICA****RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

§ 2º A notificação a pessoal de missões diplomáticas, de repartições consulares de carreira e de representações de organismos internacionais e de seus integrantes será remetida ao Ministério das Relações Exteriores para as providências cabíveis e cobrança dos valores, no caso de multa.

§ 3º Sempre que a penalidade de multa for imposta a condutor, à exceção daquela de que trata o § 1º do art. 259, a notificação será encaminhada ao proprietário do veículo, responsável pelo seu pagamento.

§ 4º Da notificação deverá constar a data do término do prazo para apresentação de recurso pelo responsável pela infração, que não será inferior a trinta dias contados da data da notificação da penalidade.

§ 5º No caso de penalidade de multa, a data estabelecida no parágrafo anterior será a data para o recolhimento de seu valor". (grifei)

O dispositivo, no *caput*, exige que a notificação se dê por meio que "assegure a ciência da imposição da penalidade", admitida porém a "remessa postal".

Não se exige, como se vê, o uso da carta registrada.

Regulamentando o dispositivo, dispõe a Res. CONTRAN nº 404/2012, em seu artigo 3º, § 1º, que "quando utilizada a remessa postal, a expedição se caracterizará pela entrega da notificação da autuação pelo órgão ou entidade de trânsito à empresa responsável por seu envio".

No presente caso, os documentos e esclarecimentos de fls. 20/30 configuram prova suficiente de que, utilizada a remessa postal, foram regulares as notificações do autor. Constam como datas de postagem das notificações os dias 23/05/2016 (fl. 45) e 07/11/2016 (fl. 46).

Tal contexto, aliado à ausência de qualquer contraprova no sentido de que teria havido o extravio ou a devolução da correspondência, firma prova razoável de que, efetivamente, as notificações foram entregues.

Esse panorama probatório a propósito da regular notificação não foi contrariado por qualquer elemento apresentado pela parte autora. Portanto, reputam-se



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

regulares as notificações, sem violação às garantias do devido processo legal.

Nesse sentido, o Tribunal de Justiça de São Paulo:

**MULTAS DE TRÂNSITO** – Pretensão voltada à sua anulação – Improcedência da ação decretada corretamente em primeiro grau – Hipótese em que foi cumpridamente observado o sistema de imposição de sanções insculpido no CTB, que determina a dupla notificação do indigitado infrator – Apelo do autor não provido. (TJSP – Ap nº 1003769-44.2017.8.26.0344, 8ª Câmara de Direito Público, Relator Paulo Dimas Mascaretti, j. 01/08/2018).

**PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO – PROCEDIMENTO COMUM – DECLARATÓRIA DE NULIDADE DE AUTUAÇÕES DE TRÂNSITO – INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO – SUSPENSÃO DO DIREITO DE DIRIGIR – AUSÊNCIA DE RECEBIMENTO DE DUPLA NOTIFICAÇÃO – ILEGALIDADE – INEXISTÊNCIA.** Pretensão à declaração de nulidade de autos de infração de trânsito. Alegada ausência de comprovação de recebimento da dupla notificação. Inadmissibilidade. Demonstrada a postagem dirigida ao endereço do proprietário do veículo, constante dos cadastros e registros do órgão emissor. Legalidade. Pedido improcedente. Sentença mantida. Recurso desprovido. (TJSP – Ap nº 1011875- 92.2017.8.26.0344, 9ª Câmara de Direito Público, Relator Décio Notarangeli, j. 3/06/2018).

**AGRAVO DE INSTRUMENTO** - Suspensão de direito de dirigir - Notificação - Comprovada remessa das notificações de autuação e penalidade no endereço cadastrado nos Órgãos de trânsito - Presunção de legitimidade da autuação não ilidida - Inexistência de violação ao devido processo legal e ao contraditório e ampla defesa - Decisão mantida – Recurso desprovido. (TJSP – AI nº 2196121-74.2017.8.26.0000, 2ª Câmara de Direito Público, Relator Renato Delbianco, j. 23/01/2018).

**APELAÇÃO – ATO ADMINISTRATIVO – TRÂNSITO – MULTA – AUSÊNCIA DE NOTIFICAÇÃO** – Pretensão de anulação de 93 autos de infração de trânsito em razão de não recebimento da dupla notificação (autuação e posterior imposição da multa) – Inocorrência – Vasta documentação comprova o envio das notificações das


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

autuações e respectivas imposições de multa – Dupla notificação comprovada – Ausência de prova de nulidade dos autos de infração – Constituição definitiva das multas se perfaz com a expedição da dupla notificação ao infrator, a teor dos arts. 281 e 282 do CTB – Suficiência da prova de envio da notificação ao endereço constante do órgão de trânsito, sendo irrelevante a prova da entrega – Presunção de veracidade e legitimidade dos atos administrativos não elididos pela autora – Sentença mantida – Recurso impróvido. (TJSP – Ap nº 1029343-06.2016.8.26.0053, 3ª Câmara de Direito Público, Relator Maurício Fiorito, j. 25/07/2017) .

Em suma, as notificações encontram-se comprovadas por documentos, atentando-se ainda ao fato de que o autor não nega o cometimento das infrações, muito menos demonstra que o veículo flagrado nas autuações não é o seu, não ilidindo, assim, a presunção de veracidade e legitimidade inerentes aos atos administrativos.

Ante o exposto JULGO IMPROCEDENTE o pedido inicial, com resolução do mérito, nos termos do artigo 487, inciso I do Código de Processo Civil.

Custas processuais e honorários de sucumbência indevidos, nesta fase, nos termos do art. 54 da Lei 9.099/95.

**P.I.**

São Carlos, 17 de outubro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**